



São Paulo Previdência
Gabinete Presidência

Ata de Reunião

Referência: Ata da 168ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração

Interessado: São Paulo Previdência

Assunto: Conselho de Administração da SPPREV

Aos 08 (oito) dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de São Paulo, às 09h00min, conforme prévia convocação, reuniram-se, virtualmente, o Presidente do Conselho, o senhor Mauro Ricardo Machado Costa, bem como os Conselheiros titulares Eduardo Becker Tagliarin, Djalma Santos Bovolenta, Eduardo Walmsley Soares Carneiro, Jaime Alves de Freitas, Lia Maris Conde Pesce Rodrigues, Maria Clara Paes Tobo, Michel Iório Gonçalves, Diego Marcelino dos Reis Teixeira, Eliezer Ribeiro da Costa, Luiz Carlos Pereira Martins, Leandro Alves Oliveira e Edson Luis da Silva Simeira. Ausentes, por motivos justificados a Conselheira Titular Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Fabio Luís Engler Graner. Presentes também os Conselheiros Suplentes Diego Antonio Arsenio Brea Fernandez, Marcos Hayazaki, Maricler Real e Leandro Gomes Santana. Presentes ainda, o Diretor Presidente da SPPREV, Dr. José Roberto de Moraes, o Diretor Vice-Presidente, o senhor Reinaldo dos Santos Lima, bem como o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, a assessora previdenciária Ana Flávia Cunha Canabrava e a consultora da empresa Atlantic Solutions que auxilia na implementação do Pró-Gestão nesta autarquia, a senhora Elsimar Barros. O Presidente do Conselho de Administração abriu a reunião com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 167ª Reunião; Relatos do Diretor Presidente da SPPREV; Relatos e comunicações do Presidente do Conselho ou dos Conselheiros inscritos; Aprovação do Relatório de Governança e apresentação dos apontamentos da pré-auditoria de certificação do Pró-Gestão, Proposta Orçamentária – 2023, Apreciação do Balancete de Abril de 2022 e Relatórios de Investimentos de Maio de 2022. Assim, o Conselho de Administração aprovou a Ata da 167ª Reunião Ordinária. Depois, foi passada a palavra ao Diretor Presidente da SPPREV, que informou sobre as reclamações generalizadas dos beneficiários desta autarquia no tocante as deduções de imposto de rendas depois que a SPPREV passou a utilizar as informações do censo previdenciário, informações estas que são fornecidas pelos próprios beneficiários. De qualquer forma, estão sendo revistas as folhas de pagamento e provavelmente haverá uma reunião com a Associação do Procuradores do Estado de São Paulo, que é a Associação com maior número de reclamações, para discutir sobre esses descontos. O Diretor Presidente da SPPREV falou também sobre o descontentamento dos funcionários da SPPREV pelo não recebimento da Bonificação por Resultados, principalmente após o recebimento da referida Bonificação pelos servidores da Secretaria da Fazenda. Desta forma, declarou que se reunirá com o Sindicato dos Servidores da área de previdência para discutir sobre a questão. Ainda, o Diretor Presidente da SPPREV informou que está sendo ultimado o procedimento para as aposentadorias de pessoas com deficiência. Neste momento, o Diretor Presidente da SPPREV também declarou que houve uma reunião com os representantes do Banco do Brasil para verificar o que pode ser modernizado no procedimento para cadastramento no ano de 2023, onde foi reanalisada a questão da biometria facial. Sobre a biometria facial, a Conselheira Maria Clara Paes Tobo ressaltou que é preciso tomar cuidado com o programa, exemplificando que a biometria facial

Classif. documental

001.03.01.002



SPREVATA20220046A

São Paulo Previdência
Gabinete Presidência

de uma determinada instituição financeira falhou. Desta forma, a referida Conselheira concluiu afirmando que, antes de ser implementada a medida, da biometria facial, estudar a melhor forma de fazê-la, realizando múltiplos testes, para diminuir os riscos de eventuais erros. O Diretor Presidente da SPPREV esclareceu que a ideia é implantar o reconhecimento facial paralelamente ao procedimento já existente para o cadastramento. A Conselheira Lia Maris Conde Pesce Rodrigues pediu a palavra, oportunidade em que indagou sobre desconto do imposto de renda em razão da observância dos dados dos dependentes. Desta forma, o Diretor Presidente da SPPREV explicou que antes do censo havia apenas a declaração do beneficiário em relação aos dependentes, entretanto, com a realização do censo, é possível conferir tal declaração com as informações fornecidas pelos beneficiários. Nesta oportunidade, o Diretor Presidente da SPPREV também informou que já solicitou para que no censo se torne mais clara a informação sobre as distinções entre dependentes para fins de previdência e dependentes para fins de imposto de rendas, a fim de evitar confusão. A Conselheira Lia Maris Conde Pesce também quis saber sobre a questão das aposentadorias de pessoas com deficiência, indagando se haverá um alinhamento com os órgãos de recursos humanos sobre o procedimento para a concessão dessas aposentadorias. O Diretor Presidente da SPPREV então confirmou e afirmando que, inclusive, haverá o trabalho em conjunto do Departamento Médico do Estado e da Unidade Central de Recursos Humanos, uma vez que a SPPREV não tem condições técnicas de realizar os exames em cada um dos interessados para verificar o grau da deficiência a fim de realizar a contagem de tempo. A mencionada Conselheira então quis se a SPPREV, desde a reforma até o presente momento não teria concedido aposentadorias para pessoas com deficiência ou se já concedeu, utilizou algum parâmetro para a concessão. O Diretor Presidente da SPPREV explicou que foi utilizado o parâmetro Federal. Em relação ao cadastramento com o reconhecimento facial, a Conselheira Lia Maris Conde Pesce compartilhou que o Tribunal de Justiça também está estudando esse cadastramento e conforme verificado, há possibilidade de configurar o percentual mínimo para o reconhecimento facial. Em seguida, passou-se à Aprovação do Relatório de Governança e apresentação dos apontamentos da pré-auditoria de certificação do Pró-Gestão. Nesta oportunidade, o Diretor Presidente da SPPREV informou que a autarquia continua com o trabalho de se habilitar em um dos níveis do Pró-Gestão para fins de certificação e por isso houve uma auditoria realizada por auditor da Fundação Vanzolini. Este analisou cada item de todos os itens que são exigidos para alcançar a certificação e dessa auditoria restaram apontamentos. O Diretor Presidente da SPPREV também explicou que, para fins de cumprimento às exigências do Pró-Gestão, anualmente a SPPREV precisa apresentar Relatório de Governança, que deve ser submetido aos Conselhos da autarquia para aprovação. Sobre o Relatório de Governança, o Diretor Presidente da SPPREV ressaltou que nele estão inseridas as atividades realizadas por todas as áreas desta autarquia. Em seguida, foi passada a palavra à Elsimar Barros que apresentou sobre os apontamentos da pré-auditoria para o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios, ao qual a SPPREV participa. Desta forma, Elsimar Barros mostrou a linha do tempo do projeto, apontando que em janeiro de 2021, quando se deu início ao projeto, havia apenas 05 (cinco) itens conformes. Em dezembro de 2021 já passaram a ser 12 (doze) itens conformes e implementados, sendo que em março de 2022 houve uma alteração do Manual e por isso muitas atividades tiveram que ser refeitas ou complementadas. Em junho de 2022 houve a pré-auditoria da Fundação Vanzolini, na qual foram constatados 16 (dezesesseis) itens conformes para então, em agosto deste ano ser realizada a auditoria de fato tendo em vista a obtenção da Certificação. Elsimar Barros também falou sobre a pontuação do Pró-Gestão, sendo 24 ações no total das quais, sendo atendidas 19 (dezenove) já possibilita a obtenção do Certificado no Nível II da Certificação. No momento, a SPPREV conseguiu atender a 16 (dezesesseis) ações, restando, portando, 03 (três). Desta forma, Elsimar Barros explicou as ações que restam serem atendidas em relação ao Controle Interno; Governança Corporativa; Educação Previdenciária e Conselhos. Com relação ao item de Governança Corporativa, Elsimar Barros ressaltou que a aprovação do Relatório de Governança pelos Conselhos é importante para se atender ao Pró-Gestão e conseguir a Certificação. No tocante ao item 3.2.14, que se refere ao Conselho de Administração, Elsimar Barros pediu o apoio dos integrantes do Conselho para que providenciem e encaminhem as certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar



SPREVATA20220046A

São Paulo Previdência
Gabinete Presidência

no 64, de 1990, para comprovação e atendimento do art. 8o-B, da Lei no 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais. Após, o Conselho de Administração aprovou o Relatório de Governança. Depois, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças que apresentou a Proposta Orçamentária – 2023, oportunidade em que foram esclarecidas e analisadas as Propostas Orçamentárias da Previdência Social, do Sistema de Proteção Social do Militar e da Administração. Ao final, após a apresentação e explicações pelo Diretor de Administração e Finanças, a Proposta Orçamentária de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração. Depois, o Conselho de Administração passou a apreciação do Balancete de Abril de 2022 e Relatórios de Investimentos de Maio de 2022. Então, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças, que esclareceu sobre o Balancete de Abril de 2022. No tocante as receitas previdenciárias, André Robles explicou sobre a utilização das receitas para abatimento da insuficiência financeira por órgão. O Diretor de Administração e Finanças também falou sobre as despesas previdenciárias e superávit. Com relação à parte Administrativa do Balancete de Abril de 2022, o Diretor de Administração e Finanças também explicou sobre as receitas e despesas. Após, André Robles esclareceu sobre o Relatório de Investimento de maio de 2022. Ao final, o Balancete de Abril de 2022 e Relatório de Investimentos de Maio de 2022 foram aprovados por unanimidade pelo Conselho de Administração, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 05 (cinco) de agosto de 2022, sexta-feira, às 09h00min horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, 23 de agosto de 2022.

Jose Roberto de Moraes
Diretor Presidente
Gabinete Presidência

Mauro Ricardo Machado Costa
Presidente do Conselho
Conselho de Administração

EDUARDO BECKER TAGLIARINI
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

DJALMA SANTOS BOVOLENTA
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

EDUARDO WALMSLEY SOARES CARNEIRO
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

Lia Maris Conde Pesce Rodrigues
Conselheira Titular



SPREVATA202200046A

São Paulo Previdência
Gabinete Presidência
Conselho de Administração

MARIA CLARA PAES TOBO
Conselheira Titular
Conselho de Administração

MICHEL IORIO GONÇALVES
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

DIEGO MARCELINO DOS REIS TEIXEIRA
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

ELIEZER RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

Luiz Carlos Pereira Martins
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

Leandro Alves Oliveira
Conselheiro Titular
Conselho de Administração

EDSON LUIS DA SILVA SIMEIRA
Conselheira Titular
Conselho de Administração

Fábio Luís Engler Graner
Conselheiro Suplente em substituição
Conselho de Administração

Paola Spechoto Camargo
Secretária da Reunião
Conselho de Administração



SPREVATA202200046A